



# A RESISTÊNCIA SOCIAL À MINERAÇÃO DE BAUXITA NA REGIÃO DO CAPARAÓ

Por um Território Livre de Mineração

Manhuaçu-MG

Março/2021

*“Eu vejo uma criança de sete anos colocar uma semente na terra e colher seus frutos,  
Eu tenho setenta anos e planto e colho os frutos da terra até hoje.  
Qual mineradora que dá serviço pra uma pessoa durante tanto tempo da vida dela?”*

*Sr. Edivaldo,  
Agricultor familiar de Miradouro-MG.*

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>3</b>
<b>2. A ZONA DA MATA MINEIRA: QUE ZONA É ESSA?</b> .....	<b>5</b>
2.1. Características Fisiográficas e Socioprodutivas	
2.2. Ocupação e Conflitos: a mineração como motivação do desbravamento	
2.3. O reconhecimento pelo estado: a criação do Pólo Agroecológico e de Produção Orgânica.	
2.4. A Chegada da Mineração Industrial de Minerais Metálicos: uma nova proposta econômica	
<b>3. TERRITÓRIO DO CAPARAÓ: ÁGUA, AGRICULTURA E TURISMO</b> .....	<b>10</b>
<b>4. MINERAÇÃO CURIMBABA S.A: A AMEAÇA QUE VEM DO SUL</b> .....	<b>12</b>
<b>5. A RESISTÊNCIA SOCIAL À MINERAÇÃO NA REGIÃO DO CAPARAÓ</b> .....	<b>25</b>
<b>6. ANEXO I – FOTOS DA RESISTÊNCIA SOCIAL À MINERAÇÃO NA REGIÃO</b> .....	<b>31</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>36</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

Esse trabalho é o relato de um grande movimento social regional que vem se consolidando na região do Caparaó. Algo inédito na região. Uma união pela defesa e fortalecimento dos potenciais do território do Caparaó em detrimento do projeto de extração mineral de Bauxita da Mineração Curimbaba S.A e da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA).

Esse movimento extremamente enraizado e representativo dos mais diversos setores sociais vem construindo de forma muito inovadora, ações de mobilização social, ações de mídia, ações no âmbito jurídico-legal visando a restrição e proibição da mineração no território, bem como a demarcação da região do Caparaó como um Território Livre de Mineração.

Nesse sentido, esperamos que sirva para expor a trajetória de construção desse movimento, mas também justificar e traduzir o seu principal grito de ordem “Mineração Aqui Não!”.

Esse relatório foi produzido pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM, um movimento popular não conjuntural, mas que incide perenemente no processo político brasileiro, no que tange às destinações e apropriações dos bens naturais desse país. Somos um movimento que junto às massas espoliadas e organizadas da mineração, poderemos discutir o ritmo de extração mineral, onde se pode ou não minerar e, além de lutar pela soberania popular na mineração.

O movimento começou a ser organizado em 2012, no estado do Pará, no enfrentamento ao Projeto Grande Carajás da empresa Vale. A expansão intensa da atividade mineradora na última década no Brasil causou, na mesma proporção, violações aos Direitos Humanos e conflitos nos territórios onde a mineração se estabelece. Diante deste quadro, um conjunto de militantes ligados a Articulação da Via Campesina Brasil passou a se dedicar na construção do movimento que a pauta fosse exclusivamente o complexo da mineração no Brasil.

Com atuação na Zona da Mata desde 2015, o MAM está presente hoje na região de Teixeiras e Pedra do Anta, região altamente impactada por projeto de mineração de magnetita bem como nos municípios mapeados para a expansão deste projeto (microrregiões de Viçosa e Ubá). Está presente também na região da Serra do Brigadeiro, ameaçada pela expansão da mineração de bauxita da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), na região de JF, mapeada para mineração de bauxita pela Norsk Hydro e na região do Caparaó. Sempre fomentando o debate sobre a necessidade de construção de um novo modelo de mineração no país, que respeite a soberania nacional e participação popular, além de demarcar territórios como zonas livres da atividade mineral, como é o caso da luta da região do Caparaó.

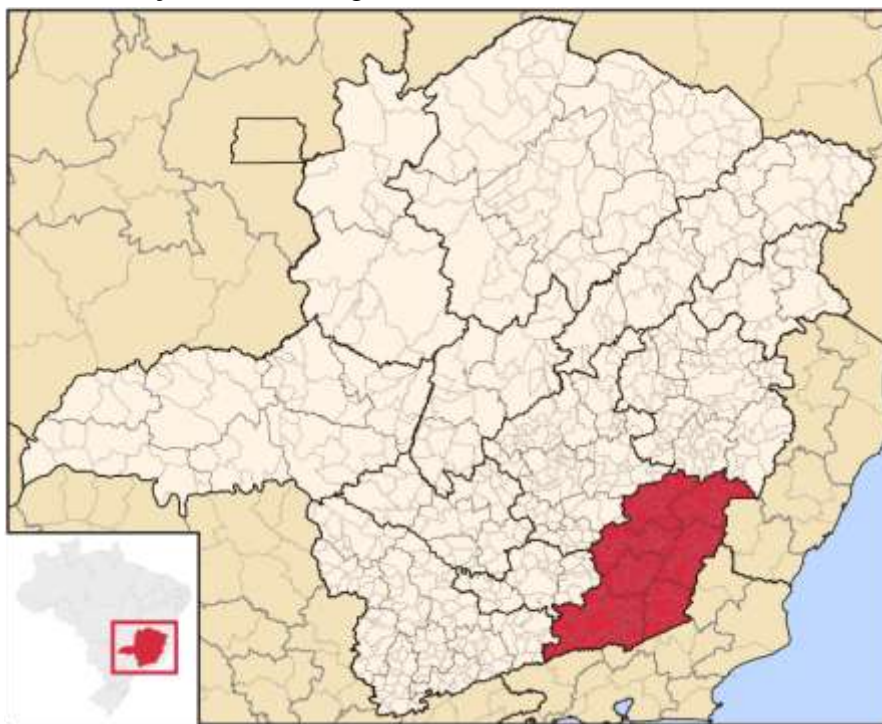
Neste trabalho relataremos o contexto regional em que está inserido o território do Caparaó, posteriormente passaremos pela apresentação da Zona da Mata como uma possível nova fronteira mineral em Minas Gerais, as características do território do Caparaó que agravam os impactos da implantação de qualquer projeto mineral de amplitude regional. Passaremos também pelas características e apontamentos do projeto da Curimbaba para a região e por fim a trajetória e as condições atuais do imenso movimento de resistência que se formou a essa nova proposta econômica para a região do Caparaó.

## 2. ZONA DA MATA MINEIRA: QUE ZONA É ESSA?

O território do Caparaó está inserido na Zona da Mata mineira, uma região geográfica localizada no sudeste do estado de Minas Gerais e que consiste em uma mesorregião da antiga classificação<sup>1</sup> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como é mostrado na Figura 1.

Em termos territoriais a Zona da Mata abrange uma área de aproximadamente 35,7 mil km<sup>2</sup> equivalendo a 6% do território estadual. É composta por 142 municípios divididos em sete microrregiões: Juiz de Fora, Cataguases, Ubá, Muriaé, Viçosa, Ponte Nova e Manhuaçu e possui uma população de mais de 2 milhões de habitantes (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017).

**Figura 1.** Localização da Mesorregião da Zona da Mata no estado de Minas Gerais.



*Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu para o site do wikimedia.*

### 2.1. Características Fisiográficas e Socioprodutivas

A cobertura florestal original de Mata Atlântica densa e característica é o que deu nome à região. No entanto, o processo histórico de desenvolvimento econômico baseado na cafeicultura e na pecuária levou a um desmatamento devastador. Era comum e até objeto de orgulho para os produtores o desbravamento de áreas de matas nativas para a implantação das lavouras de café. Com o esgotamento

---

<sup>1</sup> Até 2017 o IBGE adotava a divisão do território em meso e microrregiões. Nesse ano, essa divisão foi extinta e o órgão passou a adotar uma nova divisão denominada “regiões geográficas intermediárias e imediatas”. Segundo a nova divisão, a Zona da Mata corresponde parcialmente à Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora (IBGE, 2017).

da fertilidade do solo pelo café, as lavouras eram paulatinamente substituídas pelas pastagens onde se desenvolvia uma pecuária mista com dupla finalidade: o leite e o corte (CARNEIRO, 2008; SOUZA et al, 2009). Em razão desse processo e com algumas exceções, a cobertura vegetal se resume atualmente a pequenos fragmentos nas encostas íngremes e topos de morros.

Aliado a essa paisagem de matas fragmentadas, tem-se um relevo acidentado e montanhoso, de tipo denominado como “Mar de Morros” bem como a formação de diversas cadeias montanhosas de altitudes elevadas como é o caso da Serra do Caparaó que conta com a terceira maior altitude do país (Pico da Bandeira com 2.892 metros).

A junção dessas características florestais, topográficas e também climáticas fez da Zona da Mata uma região de grande relevância hídrica, com três bacias hidrográficas importantes: a bacia do Rio Doce, do Rio Paraíba do Sul e do Rio Itabapoana.

Além disso, a convergência dessas características fisiográficas com uma estrutura fundiária predominantemente de minifúndios, ou seja, de pequenas propriedades, dificultou a implantação plena do pacote tecnológico da chamada “Revolução Verde” e desencadeou um processo histórico de formação de uma agropecuária de base familiar e tradicional. É como efeito desse processo que hoje temos a economia da maioria dos municípios da região baseada no setor agropecuário.

## **2.2. Ocupação e Conflitos: a mineração como motivação do desbravamento**

A formação da Zona da Mata enquanto território remonta às populações originárias indígenas, notadamente os Puris, Coroados, Coropós e Botocudos que se encontravam distribuídos ao longo da região.

Com a descoberta do ouro na parte central de Minas Gerais no século XVIII e o início de todo um ciclo econômico, a região dos “sertões do leste” da Capitania das Minas Gerais como era chamada a Zona da Mata no período colonial, foi usada pela Coroa como “cordão de isolamento” entre as minas e a Corte, sediada no Rio de Janeiro, com o objetivo de evitar o contrabando de ouro. A região dos “sertões do leste” foi então declarada pela Coroa “área proibida” utilizando como justificativa a densidade das matas, o relevo acidentado que dificultava as incursões e a hostilidade dos povos indígenas. Dessa forma, houve então um retardamento intencional da ocupação. No entanto, entre 1531 e o início de 1700 diversas bandeiras foram dirigidas aos sertões do leste em busca de ouro, prata e pedras preciosas originando diversos povoados e distritos e criando assim as bases para o processo maciço de povoamento que viria a ocorrer após 1800 (CARNEIRO, 2008).

Com a crise da economia aurífera, no século XIX, a Coroa revoga em 1805 a proibição de ocupação dos sertões do leste e dá início a uma série de políticas de povoamento da região. A Zona da

Mata converte-se então em fronteira de expansão da economia cafeeira absorvendo a mão de obra liberada das minas. Esta se converte em colonato nas matas, conectando-a ao norte fluminense, onde a cultura predominava (CARNEIRO, 2008).

Entretanto, essa expansão não se deu de forma homogênea. O sul da região integrou-se à monocultura agroexportadora do café, diferentemente do restante da Zona da Mata, especialmente na parcela central. Nesta porção, predominou a agricultura camponesa, de estrutura fundiária mais fragmentada, menos mercantilizada e mais diversificada. As culturas de base camponesa e a pecuária leiteira concorriam na paisagem com as lavouras de café (CARNEIRO, 2008).

Já na segunda metade do século XX, com a crise da economia cafeeira e a ascensão de um modelo de industrialização que galgava os setores de bens intermediários, a cobertura vegetal nativa foi aos poucos sendo substituída pela monocultura de eucalipto, que alimentavam os altos-fornos das siderurgias.

### **2.3. O reconhecimento pelo estado: criação do Pólo Agroecológico e de Produção Orgânica.**

A convergência entre a forte presença da agropecuária familiar nos municípios da Zona da Mata, a produção de conhecimento dentro das universidades e institutos federais e a mobilização social desencadeada principalmente a partir do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica fez nascer na região a partir dos anos 80 um movimento agroecológico que é referência para o país. Pautando sempre a agroecologia no tripé ciência, prática e movimento, foi construída uma história de transformações nas relações sociais e na relação entre ser humano e ambiente.

Todo esse acúmulo resultou na construção, proposição e aprovação da lei estadual 23.207 de 2018 que criou o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata (logo em destaque na Figura 2). A lei reconhece a história de construção da agroecologia na região e é importante para articular projetos e parcerias voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar.

Com a aprovação da lei o Comitê do Polo<sup>2</sup> vem conduzindo desde 2019 a elaboração de um Plano Regional de Agroecologia e Produção Orgânica com uma proposta coordenada de programas, ações e políticas de curto, médio e longo prazo para a região, visando potencializar os meios produtivos tradicionais somando-se a eles uma base agroecológica e sustentável.

---

<sup>2</sup> Articulação formada pelos movimentos sociais, organizações de apoio, sindicatos, cooperativas, grupos produtivos, de jovens, de mulheres, de estudantes, de militantes, instituições de ensino, de pesquisa e de extensão que atuam na região e mandatos ligados à Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.



A criação do Polo e a aglutinação nessa proposta de desenvolvimento do conjunto de ações agroecológicas que já vinham sendo executadas há décadas na Zona da Mata mostram que a grande vocação da região é para a produção agropecuária, principalmente a produção de alimentos e com isso torna-se inviável do ponto de vista econômico e social qualquer atividade que venha a afetar a capacidade produtiva das propriedades, as condições de permanência dessas populações no campo bem como a própria identidade da região perante o estado e o país.

**Figura 2** – Logotipo do Polo Agroecológico



*Fonte: Arquivo do Polo Agroecológico.*

#### **2.4. A Chegada da Mineração Industrial de Minerais Metálicos: uma nova proposta econômica**

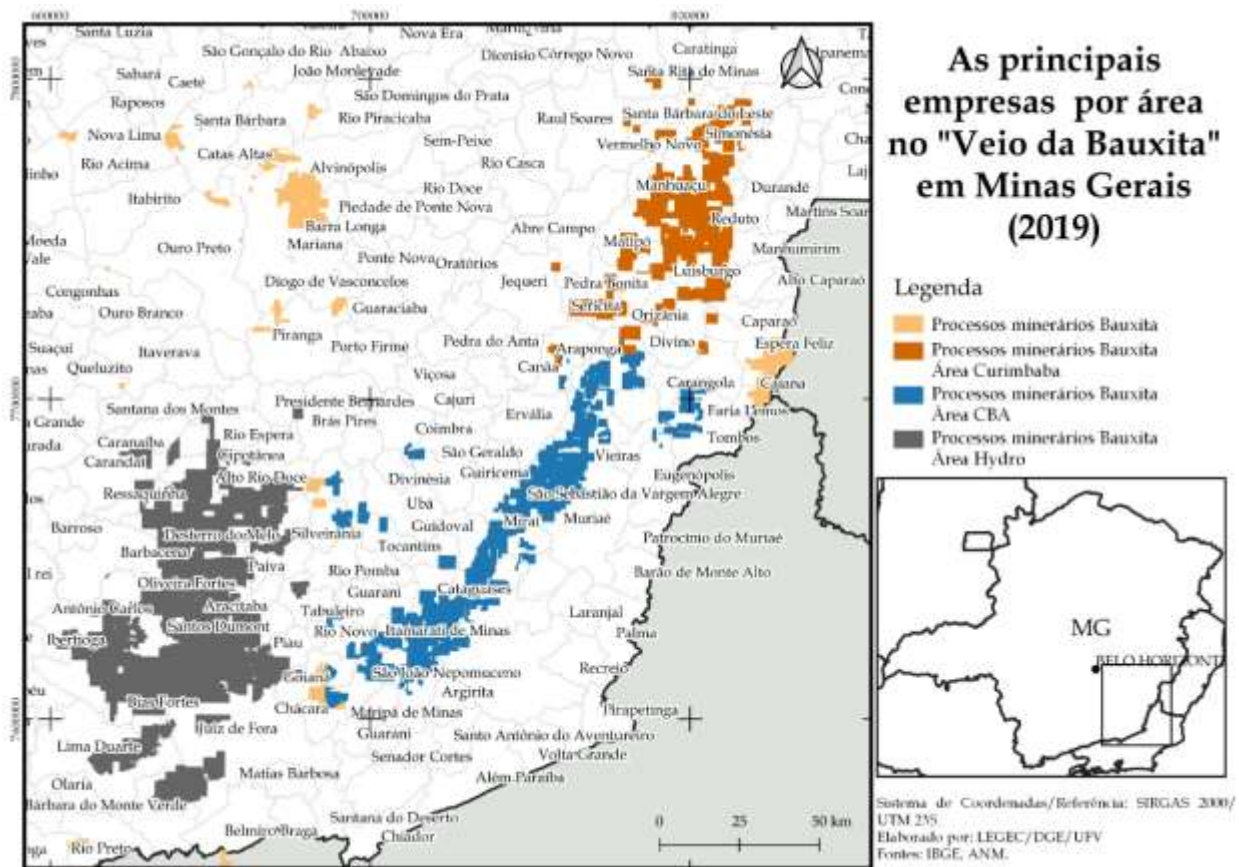
Como já discutido, no período colonial a mineração teve participação na fundação de diversos povoados da Zona da Mata, povoados esses que são hoje importantes cidades do ponto de vista econômico, histórico e/ou cultural.

No entanto a mineração industrial de minerais metálicos só veio a se estabelecer de fato na região a partir dos anos 90 com o início da extração de bauxita pela CBA em Itamarati de Minas. É importante destacar que desde a década de 1950 a CBA vinha promovendo uma série de pesquisas minerais e estudos em todo o país a fim de encontrar novas reservas de bauxita para aumentar sua produção, mas foi na década de 1980 que a empresa intensificou suas pesquisas na Zona da Mata identificando o que hoje é considerada a segunda maior reserva de bauxita do país (EIA/CBA, 1995; MAFFIA, 2011; SILVA, 2012; MAGNO et. al, 2017).

A figura 3 mostra a área de abrangência dos processos minerários de bauxita ao longo dessa reserva, além da disputa territorial estabelecida entre as três principais empresas sendo elas a Norsk

Hydro, a CBA e a Mineração Curimbaba S.A. As duas últimas, como veremos, são as que possuem plano de expansão para o território Caparaó, sendo a Curimbaba a principal e por isso merecerá maior atenção neste estudo.

**Figura 3** – Mapa das áreas de domínio das principais empresas na reserva de bauxita de Minas Gerais.



Fonte: LEGEC/DGE-UFV

A reserva de bauxita na Zona da Mata se caracteriza por corpos minerais isolados nas encostas e áreas declivosas, fazendo com que o processo de extração seja fragmentado e pulverizado na paisagem. Isso tem como consequência um processo minerário com implicações ambientais e sociais diferenciadas, implicações essas que serão debatidas em detalhe mais adiante (EIA/CBA, 1995; MAGNO et. al, 2017).

A bauxita é usada como matéria-prima para a produção da alumina, que depois de processada irá se tornar o alumínio que conhecemos nos utensílios de cozinha, embalagens de alimentos e tantos outros usos na indústria.

**Figura 4** – Sobreposição da mineração de bauxita da CBA à cultura do café, banana e eucalipto em São Sebastião da Vargem Alegre - MG.



*Fonte: arquivo do autor.*

### **3. TERRITÓRIO DO CAPARAÓ: ÁGUA, AGRICULTURA E TURISMO**

A região do Caparaó é um grande berço das águas, com incontáveis nascentes, cachoeiras e córregos de três importantes bacias hidrográficas, a do rio Itabapoana, Rio Itapemirim e Rio Doce. Assim como o restante da Zona da Mata, a região do Caparaó também possui grande produção de alimentos baseada na agricultura familiar. O principal produto produzido é o café e sua cadeia de produção é a base econômica de praticamente todos os municípios dessa região.

As atividades relacionadas à agropecuária representam 9,1% do PIB da Zona da Mata, sendo Manhuaçu e Carangola os municípios de maior destaque. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017 Manhuaçu possui o maior PIB agropecuário da Zona da Mata, sendo o município com maior número de estabelecimentos com plantio de café e o sexto maior produtor de café arábica do Brasil (25.894 toneladas ou 366 mil sacas) (IBGE, 2017).

Além da cafeicultura, outras atividades agropecuárias possuem destacada importância na região, tais como, produção de cana-de-açúcar, milho, feijão, laranja, banana, mandioca, bem como a criação de bovinos (com destaque para pecuária leiteira), frangos de corte e suínos (IBGE, 2017).

A elevada altitude e o clima da região também são propícios para exploração da olericultura, da fruticultura, da floricultura que são explorações econômicas de comprovada importância na cadeia produtiva da agricultura familiar.

Além disso, essas condições atribuem à região potencial turístico tão significativo que foi criado, em 1961, o Parque Nacional do Caparaó para proteger a serra e suas paisagens. Estão no Caparaó 5 dos 15 picos com maior altitude em todo o território nacional, com destaque para o Pico da Bandeira que figura em terceiro lugar com 2.982 metros de altitude. Essa grande vocação para o turismo já é em alguma medida, explorada em alguns municípios, principalmente os do entorno do parque nacional.

Não bastassem as intermináveis belezas naturais, a expressiva fama que a região recebeu devido à produção de café de qualidade, despertou também a curiosidade de apreciadores da bebida em todo o país, que veem à região para conhecer o charme e o sabor diferenciado do café de montanha. Fortalecendo ainda mais o ramo do turismo.

Dessa forma, fica claro que a agricultura familiar é presente e expressiva na região do Caparaó e os espaços rurais, bem como suas populações, passaram ao longo do tempo por transformações no modo de viver e de produzir adaptados às características locais, mas inseridos num sistema global. Essas populações rurais possuem riqueza cultural inestimável e muitas vezes contribuem para a dinamização e a ocupação dos espaços de maneira a reduzir a degradação ambiental e social. Os agricultores familiares também são responsáveis por movimentar outros setores principalmente por meio da compra/venda de insumos (Rodrigues, 2019).

Com relação aos empregos gerados no país, a cadeia do café é responsável pela geração de oito milhões de empregos, diretos e indiretos. Esta grande participação do café sofreu grandes variações no seu modo de comercialização e preparo nas últimas décadas, impulsionadas pela pressão dos consumidores relativos à responsabilidade social e ambiental das empresas, bem como na melhoria contínua da qualidade do café. Especificamente em Manhauçu, o setor do café gerou em torno de 112 milhões de reais (IBGE, 2017a).

Apesar da grande influência da agropecuária na economia da Zona da Mata, um dos maiores desafios da região ainda é viabilizar a produção de alimentos saudáveis e de forma sustentável. Pois existem condicionantes que devem ser consideradas: reduzir os impactos ambientais e sociais da produção, eliminar o uso de agrotóxicos, minimizar a emissão de gases de efeito estufa e ofertar alimentos saudáveis a população. É nesse sentido que a população da região quer caminhar com

projetos e investimentos no rumo da verdadeira sustentabilidade. Não sendo possível conciliar com tal caminho o projeto de extração mineral de bauxita de âmbito regional da Mineração Curimbaba.

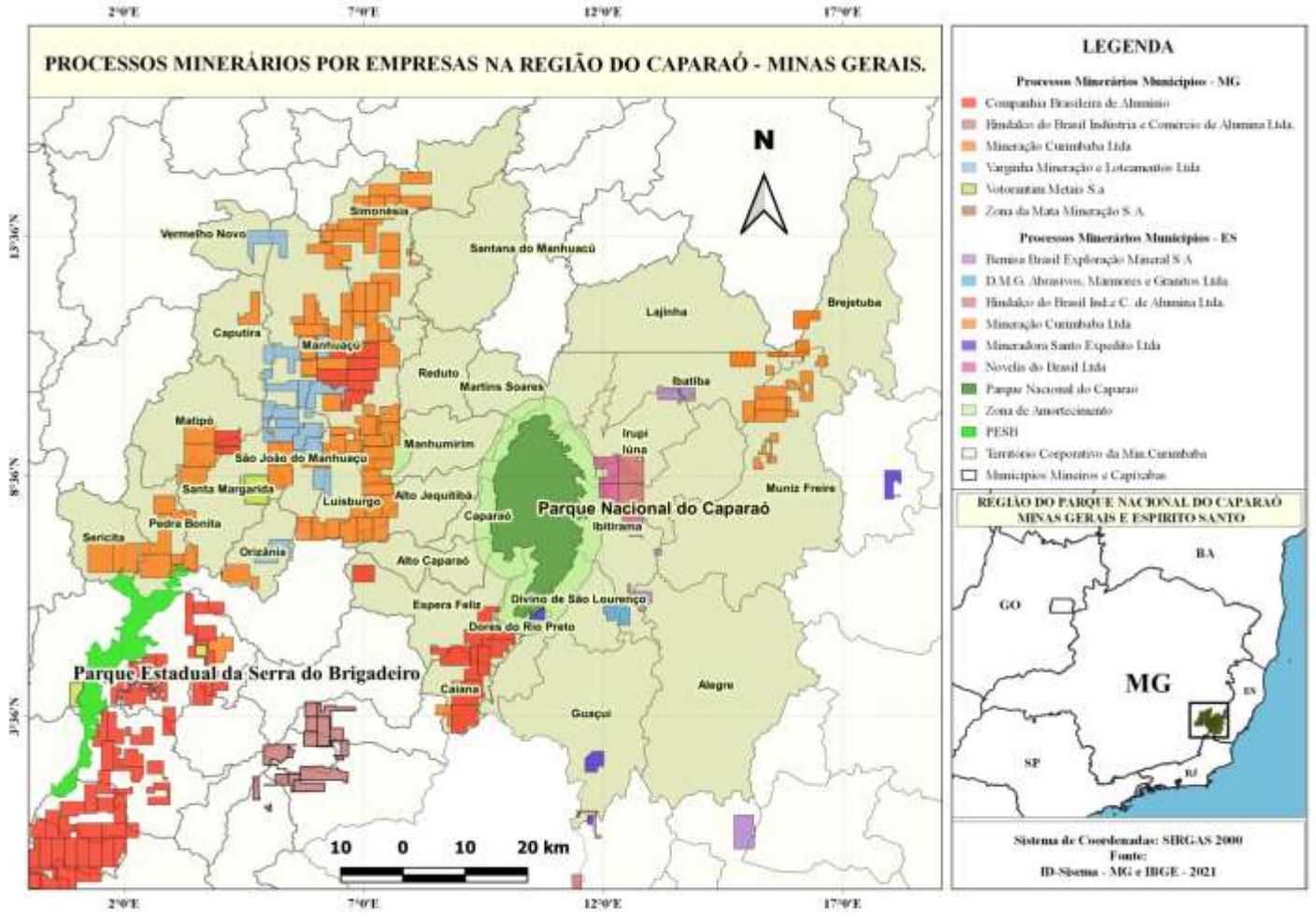
#### **4. MINERAÇÃO CURIMBABA S.A: A AMEAÇA QUE VEM DO SUL**

A Mineração Curimbaba S.A é uma mineradora considerada de médio porte de capital fechado pertencente ao grupo Curimbaba, um holding de controle familiar formado pela Oxicur Participações S/A e Alopax Participações e Comercio S/A. O grupo Curimbaba possui 14 empresas interligadas que atuam em vários ramos da indústria, com destaque para a Mineração Curimbaba que atua na extração da matéria-prima, notadamente a bauxita. Fundada em 1961, a Curimbaba possui hoje duas plantas de mineração no município de Poços de Caldas, no sul de Minas Gerais além de deter a concessão de 165 processos minerários em todo o estado, dentre eles 104 na região do Caparaó e Brigadeiro, como mostra o Quadro 1 (MINERAÇÃO CURIMBABA; ANM, 2020).

Os seus processos minerários nos territórios do Caparaó e Serra do Brigadeiro na Zona da Mata e também na mesorregião do Vale do Rio Doce estão concentrados na ponta norte da reserva de bauxita de Minas Gerais, notadamente na microrregião de Manhauçu, como mostrado na figura 3. Esses 104 processos abrangem no total 25 municípios, dos quais três pertencem ao estado do Espírito Santo (ver quadro 1).

Apesar da maioria dos processos minerários da Curimbaba se concentrarem na região do Caparaó e partir daqui sua estratégia inicial de exploração, ela detém também processos significativos em municípios que compõem o território da Serra do Brigadeiro como Fervedouro, Divino, Pedra Bonita e Sericita, além de outros municípios na área do corredor ecológico não formalmente constituído Brigadeiro-Caparaó como mostrado na Figura 5 a seguir.

**Figura 5** – Mapa dos processos minerários por empresa na região do Caparaó e Brigadeiro.



Fonte: LEGEC/DGE-UFV

**Quadro 1** – Panorama geral dos processos minerários da Curimbaba na região do Caparaó-Brigadeiro

PROCESSOS MINERÁRIOS	ANO	PROCESSOS ADQUIRIDOS	SUBSTÂNCIA
<b>104</b>	1981 - 1982	15	Bauxita (64)
	1984 - 1989	33	Minério de Alumínio (29)
	1990 - 1994	28	Gnaise (7)
	2000 - 2005	14	Alumínio (1)
	2006 - 2008	11	Granito (1)
	2010 - 2014	3	Caulim (1) Quartzo (1)
<b>FASE</b>	Disponibilidade		2
	Autorização de Pesquisa		42
	Requerimento de Pesquisa		0
	Direito de Requerer Lavra		35
	Requerimento de Lavra		9
	Concessão de Lavra		16

<b>ESTADO</b>	<b>MUNICÍPIOS ABRANGIDOS</b>	<b>Nº DE PROCESSOS MINERÁRIOS</b>
<b>MINAS GERAIS</b>	Alto Jequitibá	3
	Caiana	1
	Caparaó	1
	Caputira	1
	Caratinga	2
	Divino	6
	Faria Lemos	1
	Fervedouro	1
	Lajinha	2
	Luisburgo	10
	Manhuaçu	37
	Manhumirim	7
	Matipó	2
	Mutum	2
	Orizânia	3
	Pedra Bonita	6
	Santa Bárbara do Leste	2
	Santa Margarida	7
	Santana do Manhuaçu	2
	São João do Manhuaçu	8
Sericita	4	
Simonésia	27	
<b>ESPÍRITO SANTO</b>	Brejetuba	5
	Ibatiba	7
	Muniz Freire	13
<b>TOTAL</b>	<b>25 MUNICÍPIOS</b>	

*Fonte: compilado pelo autor com base nos dados da Agência Nacional de Mineração (ANM).*

Tais direitos minerários constituem certamente uma reserva estratégica para a empresa, uma vez que seu polo de atuação está no sul do estado. No entanto, a mineradora já tentou se estabelecer na região nos anos 2000, abrindo assim diversos processos de licenciamento ambiental na SUPRAM-ZM<sup>3</sup> até 2008. Possivelmente, devido à crise econômica mundial eclodida no fim da década e a consequente queda no preço da bauxita no mercado internacional, a empresa decide recuar e aguardar melhores condições para tal investimento.

Na época, a Curimbaba chegou a protocolar, principalmente em 2001, pedido de licença prévia para a exploração mineral em diversos pontos da região do Manhuaçuinho, como mostrado na figura 6

<sup>3</sup> Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata. Trata-se de seção regional da SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Minas Gerais), portanto responsável pelo licenciamento ambiental de toda a Zona da Mata.

(FEAM, 2005). Tal região é considerada a caixa d'água de Manhuaçu, por ser o berço das águas que abastecem a área urbana do município. Fato esse que causou conflito no processo de licenciamento vindo posteriormente a ter indeferimento pelo órgão como segue no trecho do parecer técnico transcrito abaixo:

*“O Parecer Técnico DIMIM n° 048/2003 foi concluído em 22-04-2003, sugerindo o deferimento da licença prévia. O SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manhuaçu, em visita a sede da SEMAD, em 16-06-2003, fez chegar às mãos do Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais um dossiê contendo informações sobre o processo de exploração de bauxita na região da Sub-bacia Hidrográfica do Manhuaçu e a luta da comunidade na defesa desse manancial, responsável pelo fornecimento de água para a população da cidade de Manhuaçu, página 588 do processo COPAM n° 595/2001/001/2001. Em 16-07-2004, o presidente da FEAM solicitou que a Prefeitura de Manhuaçu se manifestasse em relação à implantação deste empreendimento no município. A Prefeitura de Manhuaçu protocolou na FEAM, em 19-07-2004, sob o n° 086733/2004, documento informando que o Município de Manhuaçu é veementemente contra a atividade mineraria em questão tendo em vista os motivos suscitados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto em seu Parecer Técnico n° 001/2004, visto que esta área localiza-se em área de manancial. Na data de 08-10-2004, a equipe técnica da FEAM solicitou à Mineração Curimbaba que apresentasse a localização exata das poligonais do DNPM e do ponto de captação deste manancial. A empresa protocolou as informações solicitadas em 18-10-2004, protocolo FEAM n°130289/2004. De acordo com as informações fornecidas pela Prefeitura de Manhuaçu e pela Mineração Curimbaba, a atividade minerária a ser licenciada encontra-se em área de manancial, à montante do ponto de captação. Pelo exposto acima, a equipe técnica da FEAM sugere o indeferimento da Licença Prévia deste empreendimento.” (FEAM, Parecer Técnico DIMIM N° 076/2005).*



**Figura 6** – Solicitação de Licença Prévia pela Curimbaba nos anos 2000 para Manhuaçu.

Denominação da área	Processo DNPM nº	Processo COPAM nº
Córrego Manhuaçuzinho	830.890/81	595/2001/001/2001
Córrego dos Pintos II	832.144/84	595/2001/002/2001
Manhuaçuzinho	830.891/81	595/2001/003/2001
Córrego dos Pintos	830.893/81	595/2001/004/2001
Córrego dos Dutras	830.895/81	595/2001/005/2001

*Fonte: FEAM (2005)*

Além da região do Manhuaçuzinho, durante a década de 2000 a empresa pleiteou licenças ambientais em diversas outras regiões do município, como São Pedro do Avaí e Córrego Boa Vista, logrando êxito em algumas delas. No entanto, como não veio a iniciar de fato a atividade de extração o prazo de validade das licenças foi excedido sendo necessária nessa fase de retomada a abertura de novos processos de licenciamento.

A partir de 2018 com sinal verde por parte do governo federal e a flexibilização do licenciamento ambiental em Minas Gerais, bem como a retomada do preço da bauxita no mercado, as condições se tornam novamente favoráveis e a empresa retoma sua atuação na região (Quadro 2).

Sua retomada tem como foco os municípios de Manhuaçu e Simonésia, mas há também processos de licenciamento ambiental em andamento bem como licenças já emitidas para os municípios de Muniz Freire e Ibatiba no ES (IEMA, 2021).

De acordo com a própria empresa, seu projeto na região não inclui nenhum tipo de beneficiamento. A lavra seria realizada e o minério seria transportado junto do estéril até Poços de Caldas. No entanto, Poços de Caldas está a 731 km de Manhuaçu o que torna plenamente impossível essa operação do ponto de vista econômico. Ainda mais com a atual situação do preço dos combustíveis. Dessa forma, acredita-se que a empresa não está revelando de fato suas reais intenções para a região e com isso são cogitadas duas possibilidades. Uma delas é a venda do projeto para uma mineradora maior que detenha capital suficiente para investimento em um grande projeto de exploração regional. Outra seria ainda a possibilidade da própria Curimbaba no futuro, após já possuir o consentimento da população e do poder público da região tendo assim carta branca para atuação, mudar seu discurso inicial vindo a construir plantas de beneficiamento, barragens de rejeitos dentre outras estruturas necessárias ao beneficiamento da bauxita.

**Quadro 2** – Processos Minerários e de Licenciamento Ambiental da Curimbaba para Manhuaçu.

<b>PROCESSOS MINERÁRIOS</b>			
<b>FASE</b>	Autorização de Pesquisa		16
	Direito de Requerer Lavra		04
	Requerimento de Lavra		15
	Concessão de Lavra		02
<b>SITUAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b>			
Licenças concedidas	2	Mina Palmital Mina Monte Alverne	Comunidade Taquara Preta Comunidade Monte Alverne
Em licenciamento	-	-	Obs: foram emitidas 13 declarações de conformidade no ano de 2020 para diversas áreas do município.

Fonte: compilado pelo autor com base nos dados da ANM e do SIAM<sup>4</sup>.

No projeto de extração de bauxita da Curimbaba nos anos 2000 e também no atual, o município de Manhuaçu ocupa uma posição estratégica. Provavelmente por ser um município polo, cortado por duas importantes rodovias federais (BR 116 e BR 262), além de possuir capacidade de oferecer diversos bens e serviços ao processo mineral da empresa. Importa também o fato de ser aqui o local em que detém o maior número de processos minerários, 37 no total. Não é por acaso que, nessa nova investida, a empresa já possui duas licenças ambientais concedidas para atuação no município, uma emitida em 2018 e outra em 2020 (Figuras 7 e 8). Licenças essas que apresentam diversas fragilidades e pontos questionáveis como veremos mais adiante.

<sup>4</sup> Sistema de Informação Ambiental da SEMAD responsável pela transparência dos processos de licenciamento ambiental de MG.

**Figura 7** – Processo de licenciamento da Mina Monte Alverne no SIAM.

Siam - Sistema Integrado de Informação Ambiental

## LICENÇA CONCEDIDA EM 2018

Empresa: 20462600192 - MINERAÇÃO CURUMBAIA LTDA Representação: 20462600192 - MINERAÇÃO CURUMBAIA LTDA - BLOCO 32L Processo Técnico: 181262018	Município: POÇOS DE CALDAS Município: MARIPAÇU Endereço: ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MARIPAÇU
---	--

Data de Formalização	Data de Concessão	Data de Validade	Status do Processo
01/10/2018	27/10/2018	27/10/2028	LICENÇA CONCEDIDA

Documento do processo: 10126201800102018

Total de Registros: 11

Processo	Tipo	Data	Sistema	Status	Ver
014262018	FORM - FORMULÁRIO INTEGRADO DE CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	08/03/18	SUPRAM 2M	DIGITALIZADO	
02002018	FORM - FORMULÁRIO ORIENTAÇÃO BÁSICA - INTEGRADO	08/03/18	SUPRAM 2M	DIGITALIZADO	
03002018	ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	01/10/18		DIGITALIZADO	
060042018	CERTIFICADO DE REGISTRO DO IMÓVEL	01/10/18		DIGITALIZADO	
060042018	REGULAMENTO DE LICENÇA	01/10/18		DIGITALIZADO	
060042018	CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO CADASTRO TÉCNICO REGIONAL	01/10/18		DIGITALIZADO	
060042018	DMR - AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO MINÉRA	21/10/18		DIGITALIZADO	
070062018	PUBLICAÇÕES NO MMS - SERVAIS	08/10/18	SUPRAM 2M	DIGITALIZADO	
072182018	MAPAS TÉCNICO	28/10/18	SUPRAM 2M	DIGITALIZADO	
072182018	PUBLICAÇÕES NO MMS - SERVAIS	14/10/18	SUPRAM 2M	DIGITALIZADO	
080042018	RELATÓRIO CUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES OU RELATÓRIO DE AUTOMONITORAÇÃO	18/10/18	atualização curatelas	DIGITALIZADO	
0717402018	CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL	02/11/2018	SUPRAM 2M	DIGITALIZADO	

Fonte: SIAM (2020).

**Figura 8** – Processo de licenciamento da Mina Palmital no SIAM.

Siam - Sistema Integrado de Informação Ambiental

## LICENÇA CONCEDIDA EM 2020

Empresa: 20429400192 - MINERAÇÃO CURUMBAIA LTDA Representação: 20429400192 - MINERAÇÃO CURUMBAIA LTDA - CÔRREGO PALMITAL Processo Técnico: 000792000	Município: POÇOS DE CALDAS Município: MARIPAÇU Endereço: CÔRREGO PALMITAL
--	---

Data de Formalização	Data de Concessão	Data de Validade	Status do Processo
18/12/2019	01/02/2020	01/02/2030	LICENÇA CONCEDIDA

Documento do processo: 8802920000022019

Total de Registros: 11

Processo	Tipo	Data	Sistema	Status	Ver
011732019	FORM - FORMULÁRIO INTEGRADO DE CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	06/05/2019	SUPRAM 2M	DIGITALIZADO	
040292019	FORM - FORMULÁRIO ORIENTAÇÃO BÁSICA - INTEGRADO	06/05/2019	SUPRAM 2M	DIGITALIZADO	
0723202019	CERTIFICADO DE REGISTRO DO IMÓVEL	18/12/2019		DIGITALIZADO	
0723202019	ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	18/12/2019		DIGITALIZADO	
0723202019	CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL	18/12/2019		DIGITALIZADO	
0723202019	DECLARAÇÃO DE POSSE DO IMÓVEL DO CARTÃO DE AGENCIA	18/12/2019		DIGITALIZADO	
0723202019	PUBLICAÇÕES NO MMS - SERVAIS	18/12/2019	SUPRAM 2M	DIGITALIZADO	
0607302020	MAPAS TÉCNICO	23/01/2020	SUPRAM 2M	DIGITALIZADO	
0607302020	PUBLICAÇÕES NO MMS - SERVAIS	23/01/2020	SUPRAM 2M	DIGITALIZADO	
0607302020	CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL	09/02/2020	SUPRAM 2M	DIGITALIZADO	
0607302020	DECISO DO CÔRREGO REGIONAL	09/02/2020	SUPRAM 2M	DIGITALIZADO	

Fonte: SIAM (2020).

Em 2017 o COPAM – Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais aprovou uma nova deliberação normativa, a DN 217, substituindo a DN 74 e alterando as regras do licenciamento ambiental no estado. Essa deliberação mudou os critérios de enquadramento dos empreendimentos quanto ao porte e quando ao potencial poluidor e criando as modalidades de Licenciamento Ambiental Simplificado, que deve ser pleiteado através de um Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS) e diversas modalidades de Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC). Esses novos critérios fragilizaram o licenciamento ambiental reduzindo o tempo de avaliação dos processos, extinguindo os mecanismos de participação e controle social e abrindo de vez a porta dos territórios ao enquadrar atividades altamente danosas do ponto de vista ambiental, social e econômico como empreendimentos de pequeno porte e pequeno potencial poluidor.

A DN 217 do COPAM entrou em vigor no início de março de 2018 e desde então são nessas duas modalidades de licenciamento ambiental que a maioria das lavras de bauxita tem se enquadrado, como é o caso, por exemplo, das licenças obtidas pela Curimbaba para Manhuaçu e Simonésia. Como veremos mais a frente, a sociedade civil não teve nem ao menos ciência do andamento de tais processos, enquanto o executivo, por debaixo dos panos, assinava as cartas de anuência. Motivo pelo qual agora se organiza para exigir a suspensão dessas licenças.

De acordo com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu (CBH Manhuaçu), das duas licenças já emitidas, uma delas (Mina Palmital) está localizada numa região de importância hídrica para o município de Manhuaçu (Figura 11). Uma vez que o córrego Palmital bem como toda a sua malha hídrica se constitui como tributário do Rio Manhuaçu fazendo com que atividades econômicas que venham a causar qualquer tipo de impacto nesses cursos d'água impactem também a qualidade das águas captadas pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manhuaçu (SAAE-Manhuaçu) elevando-se assim os custos de tratamento que serão repassados à toda a população do município.

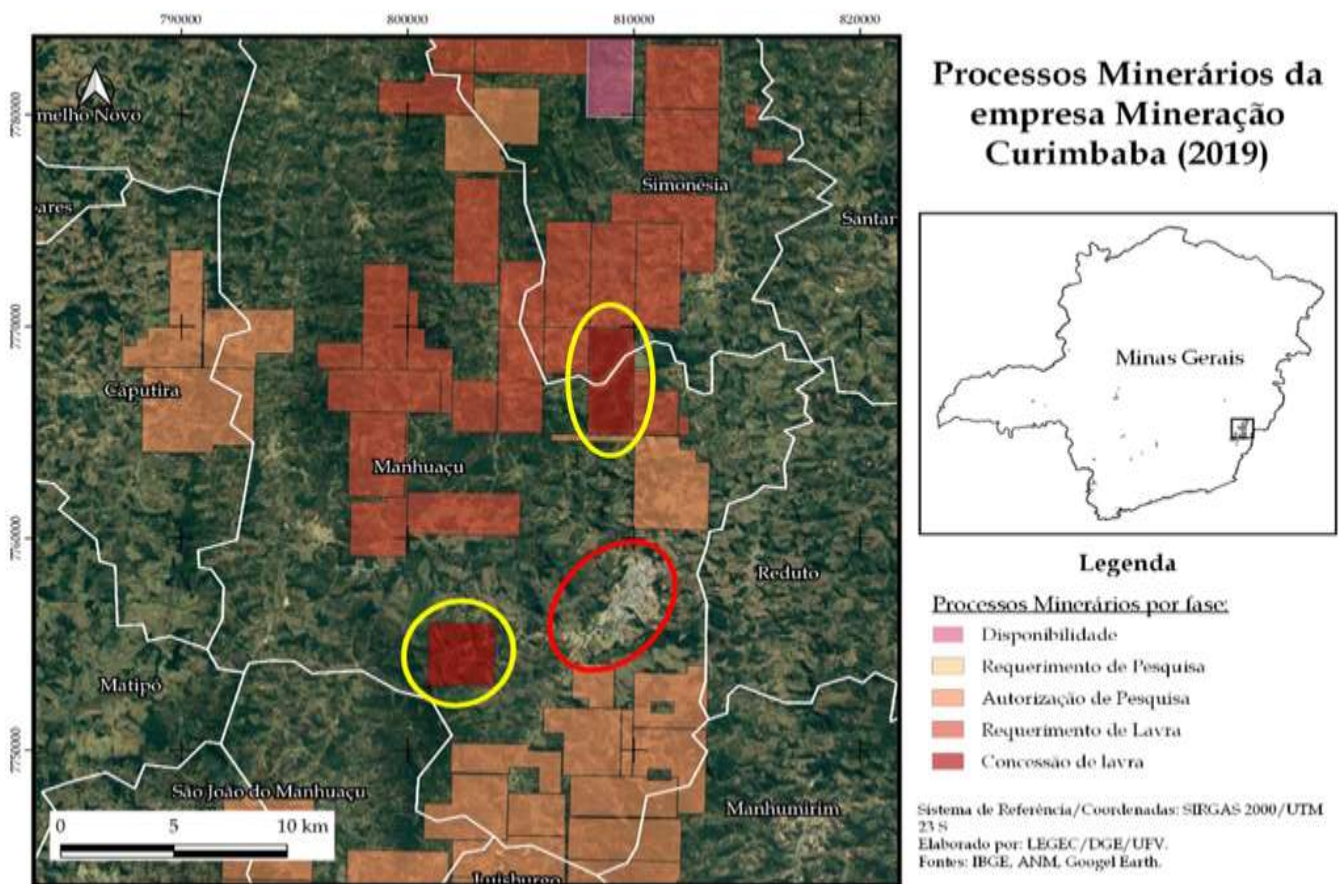
A Figura 9 a seguir apresenta o mapa dos processos minerários da Curimbaba no município de Manhuaçu e destaca os polígonos em que estão previstas as minas Monte Alverne e Palmital.

A figura 10 mostra a localização das minas Monte Alverne e Palmital com as respectivas distâncias em relação aos núcleos urbanos de Manhuaçu e Simonésia. Nota-se que a mina Monte Alverne está distante apenas 6,4 km da cidade de Simonésia, o que é bastante significativo em termos de impactos de material particulado (poeira), de impactos no lençol freático e de tráfego de caminhões. Não é muito diferente com a mina Palmital que dista apenas 8,5 km do centro da cidade de Manhuaçu. Importa destacar que essa distância se refere à região central da cidade, quando tomada como referência as regiões rururbanas desse lado do município essa distância diminui significativamente.

Além disso, cabe ressaltar a possibilidade de uma sinergia entre os impactos das duas minas na área urbana, possibilidade que não foi levantada pela empresa e nem questionada pelo órgão licenciador.

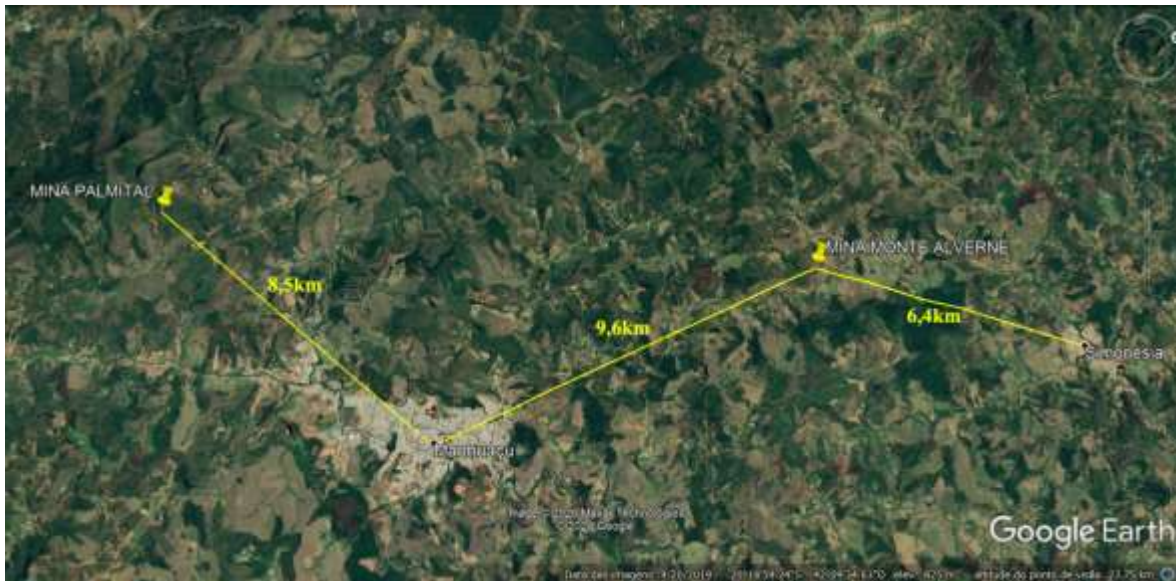
Já a figura 11 apresenta a localização exata da mina Palmital em relação ao polígono 831.028/1989, bem como a malha hídrica por ele abrangida. Nela é possível notar que as áreas adjacentes à mina possuem grande declividade, importantes fragmentos de mata atlântica além de grandes extensões de áreas produtivas de café.

**Figura 9** – Mapa dos processos minerários no município de Manhuaçu com destaque para a área urbana sede do município e os polígonos 830.887/1981 (Mina Monte Alverne) e 831.028/1989 (Mina Palmital).



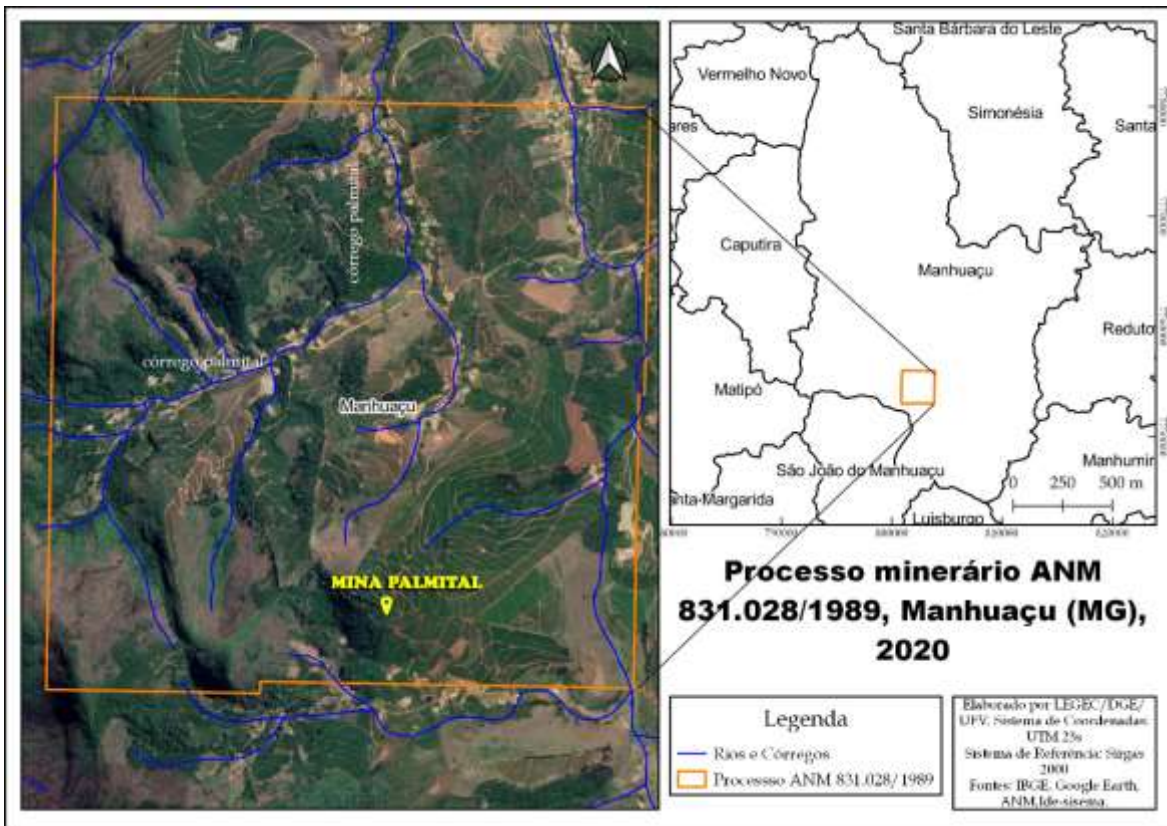
Fonte: LEGEC/DGE-UFV

**Figura 10** – Localização das minas Palmital e Monte Alverne em relação aos centros urbanos de Manhuaçu e Simonésia.



*Fonte: produzido pelo autor.*

**Figura 11** – Mapa do polígono 831.028/1989 com a localização da Mina Palmital.



No RAS (Relatório Ambiental Simplificado) apresentado pela Curimbaba para obtenção da licença da mina Palmital a empresa afirma que seu projeto de lavra a extração de bauxita em si será realizada apenas sete meses do ano, durante o período seco, ou seja, de abril a outubro. No entanto, na tarde do dia 18 de dezembro de 2020, uma sexta-feira, chega ao local uma máquina terceirizada contratada pela Curimbaba e começa a realizar o decapeamento do solo. Essa é uma das operações do processo de lavra no qual é retirado o “top soil”, ou seja, a “capa” do solo, camada orgânica e fértil que é armazenada para posterior processo de recuperação ambiental da cava. Na noite do dia 18 para 19 de dezembro houve em toda a região fortes chuvas e membros da comunidade relatam que no local da mina caiu uma chuva torrencial durante quase toda a noite. Até hoje tal crime ambiental não foi apurado tão pouco mensurados os impactos de tal irresponsabilidade no solo e nas águas da comunidade. As figuras 12, 13, 14, 15 e 16 a seguir evidenciam os fatos aqui descritos.

**Figura 12** – Corte raso em lavoura de café na localização da Mina Palmital com a cidade de Manhuaçu ao fundo.



*Foto: Jean Carlos (2020).*

**Figura 13** – Posição do local da mina Palmital em relação à comunidade Taquara Preta.





*Foto: Arquivo da Comunidade Taquara Preta (2020).*

**Figura 14** – Decapeamento realizado em 18/12/2020 com vista da cidade de Manhuaçu ao fundo.



*Foto: Arquivo da Comunidade Taquara Preta (2020).*

**Figura 15** – Solo desagregado passível de erosão e consequente assoreamentos dos cursos d’água.



*Foto: Arquivo da Comunidade Taquara Preta (2020).*

**Figura 16** – Vista da Mina Palmital para a comunidade Taquara Preta e a Serra do Caparaó.



*Foto: Arquivo da Comunidade Taquara Preta (2020).*

## 5. A RESISTÊNCIA SOCIAL À MINERAÇÃO NA REGIÃO DO CAPARAÓ

A resistência social à mineração na região do Caparaó existe desde o início dos anos 2000, quando a Mineração Curimbaba fez grandes investidas para iniciar a extração nos municípios de Simonésia e Manhuaçu. Movimentos sindicais, organizações de agricultores familiares e ambientalistas das duas cidades se organizaram então na época para impedir a atividade minerária.

Com a crise econômica de 2008, a Curimbaba cessou todo o seu investimento na região. Entretanto, em 2018, com a flexibilização das leis ambientais e amplo apoio do governo federal para o setor da mineração a empresa voltou a solicitar licenças ambientais o que fez com que o movimento de resistência retomasse em 2019 sua agenda de luta e conscientização.

Em dezembro de 2018, o MAM inicia sua atuação direta na região, fomentando processos organizativos e ações de formação e mobilização social. Em fevereiro de 2020 foi então criada a Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Região do Caparaó, que atualmente conta com representantes de 16 municípios da região.

Nesse processo de mobilização houve seminários regionais de formação sobre o modelo mineral brasileiro e os impactos da mineração de bauxita, tais ações regionais desembocaram em seminários municipais que agora caminham para reuniões em cada comunidade rural de cada município presente na comissão, formando uma grande rede regional de defesa do território e dos meios de vida e produção tradicionais. O quadro 3 a seguir são apresentadas as principais ações realizadas de 2019 em diante.

Com isso, o movimento vem crescendo, conseguindo aliados e alcançando conquistas jurídico-legais importantes para impedir a atividade mineral e legitimar a região como um Território Livre de Mineração.

**Quadro 3** – Histórico da Resistência Social à mineração na região do Caparaó de 2019 a 2021.

ANO	MUNICÍPIO	AÇÃO	OBJETIVOS
2019	Muriaé	Participação em agosto no Seminário Nacional “Diferentes Formas de Dizer Não: experiências de proibição, resistência e restrição à Mineração”.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seminário Nacional com mais de 100 pessoas de 14 estados brasileiros de diferentes territórios em resistência à mineração. Considerado o primeiro seminário nacional sobre Territórios Livres de Mineração.</li> </ul>
	Miradouro	Participação em novembro na Reunião de Planejamento Anual da Comissão de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Buscar informações sobre a questão da bauxita na região da Zona da Mata</li> <li>• Solicitar apoio da comissão da Serra do Brigadeiro quanto à retomada da luta no Caparaó.</li> </ul>
	Manhuaçu	Primeira reunião de Manhuaçu sobre as novas investidas da Curimbaba na região.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retomar o acompanhamento do caso</li> <li>• Buscar apoio do MAM para retomada da luta</li> <li>• Atualizar as informações da situação da Curimbaba na região</li> </ul>
	Simonésia	Primeira reunião da retomada da luta na região ocorrida no STR de Simonésia em 18 de dezembro.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento de informações sobre a Curimbaba, seus processos minerários e eventuais licenças ambientais já emitidas.</li> <li>• Traçar a estratégia de retomada da luta.</li> </ul>
2020	Simonésia	Segunda reunião de retomada da luta na região ocorrida na prefeitura de Simonésia no dia 03 de janeiro.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejar o seminário sobre os impactos da mineração.</li> <li>• Traçar novas estratégias</li> </ul>
	Simonésia	I Encontro Regional de Formação sobre os Impactos da Mineração em janeiro com presença de 50 pessoas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coletivizar e enraizar a luta nos municípios</li> <li>• Construir um coletivo de lideranças multiplicadoras da luta</li> </ul>

2020			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação sobre o modelo mineral brasileiro</li> </ul>
	Manhumirim	II Encontro Regional de Formação sobre os Impactos da Mineração em fevereiro com presença de 150 pessoas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coletivizar e enraizar a luta nos municípios</li> <li>• Construir um coletivo de lideranças multiplicadoras da luta</li> <li>• Formação sobre o modelo mineral brasileiro</li> <li>• Criação da Comissão Regional de Enfrentamento à mineração</li> </ul>
	Manhuaçu	Primeira reunião da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração em março com representantes de 8 municípios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção da organização e da identidade da luta regional</li> <li>• Planejamento anual da luta</li> </ul>
	-	Início da pandemia e impossibilidade de realização de ações presenciais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A luta fica anestesiada até julho.</li> </ul>
	Manhuaçu/ Simonésia	Execução da Campanha Periferia Viva que arrecada recursos, compra a produção dos agricultores familiares e distribui em kits de alimentos para famílias carentes das cidades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuir de alguma forma com famílias que passam fome devido à pandemia.</li> <li>• Contribuir no escoamento da produção da agricultura familiar</li> <li>• Manter viva a solidariedade</li> <li>• Fazer o debate com a sociedade de que é a agricultura familiar que alimenta o povo e não a mineração.</li> </ul>
	Internet	Reuniões regionais online	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição de ações possíveis no momento de pandemia.</li> <li>• Encaminhamento de colocação de faixas em todos os municípios da região.</li> </ul>
Manhuaçu	Primeira reunião presencial da comissão durante a pandemia realizada em outubro de 2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refazer o planejamento e retomar as ações presenciais diante da flexibilização das medidas de restrição social.</li> <li>• Encaminhamento da realização de formações</li> </ul>	

			municipais e criação dos núcleos municipais em todos os municípios.
	Região	Construção e apresentação de carta compromisso aos candidatos ao executivo e legislativo dos municípios da região.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obter o compromisso de todos os candidatos de todos os partidos com a luta por território livre de mineração.</li> </ul>
	Região	Colocação de faixas, placas e outdoors contra a mineração nas cidades e comunidades rurais de diversos municípios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Externalizar a contraposição da população à proposta de mineração para a região.</li> </ul>
	Região	Realização de formação municipal e criação de núcleos municipais em Manhuaçu, Simonésia, Santana do Manhuaçu e Luisburgo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avançar na organização e formação da luta regional</li> </ul>
2020	Região	Lançamento de Abaixo-assinado regional pela demarcação da região do Caparaó como um Território Livre de Mineração	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Externalizar a contraposição da população à proposta de mineração para a região.</li> </ul>
	Manhuaçu	Caminhada em Defesa da Vida e Contra a Mineração da comunidade Taquara Preta até o local da Mina Palmital	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrar a não aceitação da comunidade quanto ao início dos trabalhos na Mina. E denunciar sua ilegalidade.</li> </ul>
	Manhuaçu	Expulsão no dia 21/12 da máquina contratada da Curimbaba pela população da Comunidade Taquara Preta	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impedir a realização de operações ilegais no local da Mina Palmital.</li> <li>• Demonstrar a não aceitação da comunidade quanto ao início dos trabalhos na Mina. E denunciar sua ilegalidade.</li> </ul>
2021	Região	Realização de formação municipal e criação de núcleos municipais em Luisburgo, Santa Margarida e Martins Soares.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avançar na organização e formação da luta regional</li> </ul>

2021	Manhuaçu	"Formação nas comunidades rurais de Taquara Preta, Barra da Taquara Preta, Manhuaçuzinho, Palmital, Palmeirinha, Monte Alverne, Barra da Boa Vista e Sagrada Face em Palmeiras."	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação quanto aos impactos da mineração e encaminhamento de ações</li> </ul>
	Simonésia	Iniciado o plano de formação em todas as 42 comunidades rurais do município	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação quanto aos impactos da mineração e encaminhamento de ações</li> </ul>
	Manhuaçu/Simonésia	Articulação com poder público municipal para construção de pedido de suspensão das licenças já emitidas, anulação das declarações de conformidade e aprovação de leis de proteção do território.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suspensão das licenças e aprovação de leis de proteção dos bens municipais.</li> </ul>
	Região	Lançamento da Série de Lives: "Região do Caparaó: Livre de Mineração" com pelo menos cinco Lives previstas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informar uma maior quantidade de pessoas quanto à ameaça de mineração na região do Caparaó.</li> </ul>
	Região	Lançamento da campanha de vídeos: "Por que você é contra a mineração na região do Caparaó"	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Externalizar a contraposição da população à proposta de mineração para a região.</li> </ul>
	Região	Formação com padres de todas as foranias da Diocese de Caratinga.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Municar o clero das informações relativas à mineração de bauxita na região e seus impactos para melhor envolvimento da igreja na luta.</li> </ul>

*Fonte: MAM Zona da Mata (2021)*

## 6. ANEXO I

### FOTOS DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À MINERAÇÃO NA REGIÃO DO CAPARAÓ



Fotos 1 e 2 - Formação Regional em Simonésia e em Manhumirim respectivamente.



Fotos 3 e 4 – Comissão Regional eleita e primeira reunião da comissão, respectivamente.



Foto 5 – Campanha Periferia Viva ZM entrega alimentos em Manhuaçu e Simonésia.





Fotos 9 e 10 – Colocação de outdoors nos municípios da região.



Foto 11 – Carta compromisso apresentada aos candidatos da região nas eleições 2020.



Fotos 12 e 13 – Encontro com candidatos das eleições 2020 dos municípios de Simonésia e Santana do Manhuaçu, respectivamente.





Fotos 14 a 17 – Caminhada em Defesa da Vida e Contra a Mineração.



Fotos 18 a 21 – População de Manhuaçu expulsa a máquina contratada pela Curimbaba e que atuava de forma ilegal no local onde está prevista a Mina Palmital.



Fotos 22 e 23 – Série de Lives sobre a ameaça da mineração na região.



Fotos 24 e 25 – Placas sendo colocadas em várias propriedades e pontos estratégicos das comunidades rurais.



Fotos 26 e 27 – Formação com o clero da Diocese de Caratinga.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. **Café Beneficiado - safra 2011 - Parque Cafeeiro, Produção e Produtividade.** Disponível em: <http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=48>. Acesso em: 03 de março de 2021.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3ª ed São Paulo, Editora Expressão popular: AS-PTA, 2012. 400p.

BONFIM, Verônica Rocha, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2006. **Conflitos, participação e lições aprendidas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG.** Orientador: Guido Assunção Ribeiro. Co-Orientadores: Gumercindo Souza Lima e Sheila Maria Doula.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de café. CONAB 2018.** Disponível em: <file:///C:/Users/Nati%20A9lia/Downloads/BoletimZCafeZsetembroZ2018.pdf> >. Acesso em: 03 de março de 2021.

DRUMMOND, G. M.; Martins, C. S.; Machado, A. B. M.; Sebaio, F. A. & Yasmine A. 2005. **Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação.** 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Biodiversas, 222p.

FASE. **Carta de Muriaé por Territórios Livres de Mineração.** 2019. <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Carta-de-Muriae%20-%20por-territo%20rios-livres-de-minerac%20-%20.pdf>. Acessado em 02 de março de 2021.

FASE. **Diferentes Formas de Dizer Não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral.** Org. Juliana Malerba. 2019.

FIOCRUZ. **Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental no Brasil.** [www.mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-rompimentos-de-barragens-de-rejeitos-da-rio-](http://www.mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-rompimentos-de-barragens-de-rejeitos-da-rio-)

pomba-mineracao-comprovam-os-riscos-da-atividade-mineraria-para-a-sustentabilidade-hidrica-de-minas-gerais-e-estados-a-jusante-das-suas-bacias-hidrogra/. Acessado em 19 de fevereiro de 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Diretoria de Estatística e Informações. **Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais: 2015**. Belo Horizonte: FJP, 2017. 23 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). **Sinopse do Censo 2010**. <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse>. Acessado em 02 de março de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016). **Divisão Territorial Brasileira 2016**. Consultado em 4 de fevereiro de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017). **Divisão Regional do Brasil**. Consultado em 4 de fevereiro de 2019. Cópia arquivada em 4 de fevereiro de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017). **Base de dados por municípios das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Brasil**. Consultado em 4 de fevereiro de 2021

LARCHER, Marta Alves. **A responsabilidade civil decorrente de acidentes ambientais deflagrados por eventos da natureza: o caso do rompimento da barragem de rejeitos em Mirai**. MPMG Jurídico, Belo Horizonte, edição especial, p. 47-51, 2012.

LEIA. **Série sobre Territórios livres de mineração: o direito de dizer NÃO**. 2021. <http://blog.leia.org.br/lei-a-lanca-nova-serie-especial-territorios-livres/>. Acessado em 02 de março de 2021.

MAM-ZM. **Arquivo audiovisual da resistência à mineração na região do Caparaó**. Acessado em 03 de março de 2021.

Mittermeier, R.A.; Myers, N.; Thomsen, J.B.; Fonseca G.A.B. da, & Olivieri, S. 1998. **Biodiversity Hotspots and Major Tropical Wilderness Areas: Approaches to Setting Conservation Priorities**. *Conservation Biology* 12: 516-520.

Mittermeier, R.A.; Robles-Gil, P.; Hoffmann, M.; Pilgrim, J.; Brooks, T.; Mittermeier, C.G.; Lamoreux, J. & Fonseca, G.A.B. 2004. **Hotspots Revisited**. Mexico City: CEMEX/Agrupación Sierra Madre.

Myers, N. **Threatened biotas: "Hot spots" in tropical forests**. *Environmentalist* 8, 187–208 (1988). <https://doi.org/10.1007/BF02240252>

RODRIGUES, G. M. **O Pronaf na Zona da Mata Mineira: efeitos nos PIBs total e setorial dos municípios**. *RESR*, V. 57, Nº 01, p. 029-048, 2019.

*Top Ten Alumina Companies in the World*. *alcircle.com*. 10 de dezembro de 2016. Consultado em 19 de fevereiro de 2021 <https://www.alcircle.com/news/top-ten-alumina-companies-in-the-world-26529>